

O Seminário contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva.

O Seminário decorreu, em termos da realização e temáticas das conferências, painéis e mesas redondas, segundo o programa inicial. Por impossibilidade de participação de alguns intervenientes (de última hora) foi necessário alterar os oradores de acordo com o programa impresso. Estiveram presentes cerca de 350 pessoas que manifestaram uma enorme satisfação para com os trabalhos realizados e temas discutidos, como pudemos constatar no resultado dos questionários de satisfação. Presidiu ao encerramento o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares. As conclusões teóricas a que se chegaram, com a realização do seminário, são apresentadas de seguida e para cada um dos momentos. No final do texto são apresentadas as conclusões globais e os desafios futuros que se colocam às organizações e nomeadamente à AFID no desenvolvimento e aprofundamento desta temática.

CONFERÊNCIA DA MANHÃ | IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO ORIENTADOS PARA O UTENTE

Prof. Dr. Ignacio Martín – Universidade de Aveiro

O foco da conferência situou-se na problemática dos adultos com deficiência que necessitam de cuidados residenciais. A idade média da população com deficiência está ao nível da idade média da população em geral, sendo em alguns casos até superior.

O envelhecimento das pessoas com deficiência coloca-nos um grande problema: a questão do dilema residencial. O processo de envelhecimento compromete fortemente a capacidade funcional: a ausência dos pais, ou da sua capacidade de promover os cuidados, provoca a ausência de suporte social nas pessoas com deficiência, uma vez que são habitualmente solteiras e sem filhos; a falta de integração laboral, ao longo da vida, gera a ausência de uma carreira contributiva que lhes garanta uma maior proteção social; a falta de serviços disponíveis e o custo a eles associados geram uma enorme dificuldade no acesso aos serviços residenciais para as pessoas com deficiência.

A partir da exposição dos modelos de gestão e intervenção, foi apresentado o modelo de orientação para o utente como um modelo que supera as limitações dos modelos centrados na estrutura dos cuidados, nos processos de serviços, nos resultados alcançado e nas taxas de cobertura.

No fundo, um modelo de orientação para o utente implica uma avaliação subjetiva da vivência por parte do usuário. O cliente aparece como centro da decisão, o que cria alguns desafios do ponto de vista da gestão e do funcionamento. O plano de cuidados terá de ser: i) negociado, o que implica uma maior experiência dos direitos e também um maior grau de responsabilidade por parte do cliente; ii) individualizado, o que traz consigo um encarecimento do mesmo; iii) assente numa avaliação subjetiva da vivência pessoal, que possibilitará a consideração de uma maior Qualidade de Vida; iv) uma escolha do cliente, possibilitando a este a escolha do equipamento onde quer residir e os serviços que pretende ter.

A promoção de modelos de gestão orientados para o cliente traz também a necessidade de redefinir as formas do seu financiamento. Nesta ótica, foi apresentado o *Individualised Funding*: um fundo individual no qual participam os recursos do próprio cliente, da sua família e do Estado, ou seja, para cada individuo seria definido um orçamento próprio a partir da avaliação da sua dependência e dos serviços necessários a contratar.

Será imperioso garantir uma continuidade na prestação dos serviços de cuidados, sobretudo na transição progressiva, programada e preparada dos cuidados promovidos pelos cuidadores informais para os formais; desenvolver

programas orientados à sobrecarga física e emocional dos cuidadores primários, quer do ponto de vista de serviços, quer do ponto de vista de formação específica. Esses programas possibilitarão às famílias um papel central em todo o processo e uma correta avaliação das necessidades e conhecimento dos seus direitos, ajudando-as em todo o processo: para que não se sintam isoladas ou demasiado protetoras e equilibrando situações de sobrecarga física ou emocional.

MESA REDONDA DA MANHÃ | “IMPACTO DAS METODOLOGIAS DA QUALIDADE DE VIDA NA INTERVENÇÃO SOCIAL COM IDOSOS”

Moderador: Dr. Adalberto Fernandes (INR) | Dra. Paula Guimarães (Fundação Montepio), Dr. Carlos Andrade (UMP), Dr. Manuel Caldas de Almeida (Hospital do Mar), Enfermeira Ana Campos Reis (SCML)

Face à problemática do envelhecimento, será necessário, em primeiro lugar, romper com os estereótipos que provocam abordagens redutoras na avaliação das necessidades e no desenvolvimento de serviços.

Será necessário promover uma abordagem e visão da velhice integrada na essência da pessoa humana, privilegiando os aspetos positivos do envelhecimento e abordagens na linha da inteligência emocional e do envelhecimento intelectualmente ativo.

O envelhecimento não implica apenas o conceito de perda e a consequente necessidade de autonomia ou afeto. É necessário garantir a existência de automatismos culturais e de inovação, de modo a que seja possível valorizar e promover a aprendizagem em todas as fases da vida, especialmente na convivência com os momentos bons e maus, fortes e fracos.

Também na problemática da pessoa idosa, é necessário garantir a continuidade de serviços, no que diz respeito às necessidades concretas de cada um e de acordo com o horizonte da manutenção e promoção da Qualidade de Vida. Os cuidados humanos básicos estão presentes até ao topo da pirâmide, até à autorrealização e nunca poderão ser esquecidos ou desvalorizados.

Face ao aumento da esperança média de vida e à crise atual, é necessário reequacionar o horizonte ao qual queremos chegar, garantindo o acesso aos serviços, o mais generalizados possíveis.

A Qualidade de Vida deverá ir para além dos modelos de gestão da qualidade, ou dos modelos de qualidade de vida pré-definidos, uma vez que ela reside essencialmente nas relações interpessoais e individualizadas com os agentes de intervenção. Daqui resulta a necessidade da valorização, formação e reconhecimento dos cuidadores formais.

Centrar nos clientes toda a intervenção e definição da sua qualidade de vida supõe que as pessoas são capazes de dizer o que querem; implica uma perspetiva subjetiva e individualizada, na qual fazem parte os contributos individuais de cada um. Quando isto não é possível, é necessário que as instituições tenham a capacidade de definir padrões de Qualidade de Vida. Os princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas (participação, independência, autonomia, acesso a cuidados e dignidade) podem servir de referência para essa mesma definição.

CONFERÊNCIA DA TARDE | “EXCLUSÃO SOCIAL, INCLUIR: AMPLIFICAR E SEGUIR SINAIS”

Prof. Dr. Francisco Ramos Leitão – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

O papel estrutural da educação e formação é a Inclusão Social. Só estamos perante uma verdadeira formação e educação quando possibilitamos e promovemos a inclusão social. Para isso é necessário que a tarefa primordial da formação e educação seja a amplificação de sinais que permitam a sua leitura por parte de todos os intervenientes. A

amplificação de sinais é uma metáfora para descrever toda a tarefa pedagógica para a realização da Inclusão. Ser educador é ser amplificador de sinais, permitindo a apreensão por parte dos recetores, de modo a ser possível a transmissão de conhecimentos, potenciando a Inclusão.

Por outro lado, somos também seguidores de sinais - o que significa despejarmo-nos de toda a teoria e conseguir descobrir os sinais do outro. “Ler, interpretar, dar atenção aos sinais comunicacionais de Outro, é a essência da pedagogia”; a diferença do outro é um valor da sua individualidade a que todos os educadores devem dar atenção.

A Qualidade na Educação, na Pedagogia e na Inclusão Social é o esforço para ajudar os outros a descobrir o sentido da vida. A situação ideal da Aprendizagem e da Inclusão atinge-se no equilíbrio de poderes que “muda gradativamente em favor da pessoa em desenvolvimento”.

1ª MESA REDONDA DA TARDE | “EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCATIVO”

Moderador: Prof. Dr. Francisco Ramos Leitão – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias | Prof. Dr. João Pedro Cunha Ribeiro (Pai), Prof. Dra. Maria Odete Emygdio da Silva (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Prof. Dra. Isaura Pedro (Escola Superior de Educação Almeida Garrett), Dr. Rogério Cação (Fenacerci)

Os pais têm um papel fundamental, importantíssimo e primeiro, no desenvolvimento e na construção da aprendizagem dos seus filhos, ainda que muitas das vezes este papel não tenha sido compreendido pelas escolas.

Os pais que têm filhos com necessidades educativas especiais procuram dois tipos de respostas: ao nível da saúde e ao nível educativo. Procuram respostas positivas que vão de encontro às suas aspirações e que se baseiam num processo de aprendizagem, e respostas no âmbito do processo de socialização, como qualquer outra criança.

O processo de aprendizagem e socialização só será de qualidade quando se estabelece uma relação muito estreita com a família. O grande objetivo de uma escola inclusiva e com qualidade é permitir que a aprendizagem e a socialização se realizem com todos os diferentes parceiros.

Para as crianças com necessidades especiais são necessários alguns meios auxiliares de apoio, o que implica um necessário desafio ao meio escolar. A Integração de Pessoas com Deficiências no meio escolar contribuiu, não só para o bem-estar e desenvolvimento das pessoas com necessidade especiais, mas também para o desenvolvimento da formação cívica das outras crianças.

2ª MESA REDONDA DA TARDE | “IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA NA INTERVENÇÃO SOCIAL”

Moderador: Dr. Carlos Andrade (Fundação António Silva Leal) | Dr. Guilherme Collares Pereira (Fundação EDP), Dra. Isabel Miguéns (SCMC), Dr. Domingos Rosa (AFID)

No momento atual de crise financeira, as Organizações do Terceiro Setor (OTS) são confrontadas com um problema de tesouraria que tem por origem o aumento da despesa e a redução das receitas.

Toda a disponibilidade económica das organizações sociais é alocada à missão, os recursos financeiros são disponibilizados para fazer mais atividades. Nesta ótica, as OTS não possuem uma solidez de tesouraria que lhes permita fazer face às questões do dia-a-dia, nem conseguem estar preparadas para responder a problemas repentinos de *stress* de tesouraria. Além disso, as Organizações Sociais estão impossibilitadas de desenvolver atividades lucrativas para financiar as atividades sociais.

A crise implica a não existência de excesso de recursos, logo, traz também consigo o desafio para maiores níveis de eficiência e eficácia que permitam a compatibilização entre a qualidade de serviços e a exclusão social.

O atual momento de crise será promotor da inovação e do desenvolvimento social, da reestruturação do papel do Estado - enquanto alteração do paradigma do estado social, tal como o conhecemos-, da redefinição do papel do Terceiro Setor na sociedade portuguesa e da reestruturação da própria sociedade.

A situação presente requererá, a nível macro: uma melhor organização e reajustamento do Setor Estado e da sua articulação com as IPSSs; alteração e revisão da legislação; redução das gorduras dos normativos implementados que terão de ser corrigidos para a otimização de recursos; e revisão das regras de comparticipação das famílias.

No próximo ano, ao nível das OTS, vai passar a existir uma redução do financiamento em cerca de 10%, provocando novos desafios na construção de medidas alternativas de inovação social.

É necessário que o Terceiro Setor possa criar atividades económicas lucrativas para suportar as necessidades sociais que enfrenta todos os dias e que dizem respeito a todos nós.

É necessário uma nova lógica de trabalho - em parceria - com as empresas e que cresça para além da lógica do subsídio ao investimento, da caridade à inovação, do mecenato à parceria e da responsabilidade social à partilha de valor.

CONCLUSÕES FINAIS | DESAFIOS

No momento atual de constrangimento e crise financeira é de todo importante a preocupação pelas questões da Qualidade de Vida na prestação de serviços sociais. Não poderemos deixar de lado a dinâmica de melhoria de um setor que nos últimos anos tem tido um papel fundamental na vida de tantas pessoas.

A promoção da Qualidade de Vida e de Intervenção Social Qualificada implica um desafio sério sobre o seu financiamento, deste sentido é fundamental apostar na inovação social e no trabalho em rede.

Os tempos de crise são momentos de construção de novos caminhos e de reestruturação dos papéis do Estado e das Organizações Sociais, de modo a promover e a garantir a prestação continuada de serviços.

Deste modo, ficaram lançados, neste seminário, desafios pertinentes a um aprofundamento futuro das seguintes temáticas:

- Metodologias de intervenção com base na Qualidade de Vida – partilha de experiencias, avaliação das necessidades, definição de objetivos e avaliação de resultados.
- Qualidade de Vida e sustentabilidade das organizações.
- Inovação Social.